



# Um olhar sobre política cultural nas fronteiras da afrodíaspóra

*Raissa Conrado Biriba<sup>1</sup>*

- .....
- 1 Doutoranda em dança pelo Programa de Pós-Graduação em Dança da Universidade Federal da Bahia (Ufba). Mestra em Cultura e Sociedade pelo Poscultura (Ihac-Ufba). Membro do Grupo de Pesquisa em Culturas Indígenas, Repertórios Afro-brasileiros e Populares (Gira), da Escola de Dança da Ufba. E-mail: raissabiriba@gmail.com.

## RESUMO

A temática das políticas culturais tem sido alvo de debate entre pesquisadores da área. Apesar da existência de leis e políticas públicas de incentivo à cultura, seu verdadeiro papel vem sendo questionado, sobretudo diante da urgência em se transformar as estruturas sociais hegemônicas, por um movimento de descolonização dos saberes permitido pela própria ação das políticas culturais. Nesta direção, a emergência da ideia de diáspora africana – debate histórico que insurge em plena segunda década do século XXI – direciona os olhares para trilhar novos caminhos para as políticas culturais na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** *Políticas culturais. Afrodiáspora. Descolonização dos saberes. Contemporaneidade.*

## ABSTRACT

Researchers in the field of cultural policies have engaged on debates about the theme. Despite the laws and public policies aimed to encourage culture, its true role has been questioned, especially before the urge in transforming the hegemonic social structures through a movement of decolonization of knowledge allowed by the very action of cultural policies. In this sense, the emergence of the idea of an African diaspora during the second decade of the 21st century directs the focus towards treading new paths for contemporary cultural policies.

**Keywords:** *Cultural policies. African diáspora. Decolonization of knowledge. Contemporaneity.*

## INTRODUÇÃO

A temática das políticas culturais se (re)apresenta em um momento de importantes discussões acerca das necessidades de mudança de paradigmas na produção cultural, cujo olhar para a decolonialidade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade tem oferecido suporte epistemológico para esse debate na segunda década do século XXI. As atuais perspectivas têm valorizado os estudos voltados para a interseccionalidade, a inserção dos debates antirracistas, o afro-perspectivismo e o feminismo negro, possibilitando avanços sobretudo no que se refere à importância das políticas culturais para o combate às formas de violência social contra povos indígenas, mulheres, comunidade LGBTQIA+, pessoas com deficiência, afrodescendentes, dentre outros segmentos socioidentitários. À medida que se constata a urgência em transformar as estruturas políticas que se mostram contrárias aos processos de valorização e exaltação das diversidades – das culturas identitárias, do patrimônio imaterial, da preservação dos recursos naturais, da igualdade de oportunidades e equidade social –, a abordagem sobre políticas culturais na perspectiva da afrodiáspora aponta caminhos para se questionar, refletir, debater e proporcionar soluções que possam combater os impactos da ocupação de lugares na estrutura de poder

sob camadas sociais desfavorecidas, as quais são a maioria populacional em territórios pós-colonizatórios.

Na obra *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*, Achille Mbembe (2019) nos alerta sobre a importância de compreendermos a ideia de diáspora africana como uma imagem mental construída sociopoliticamente no processo colonizador a qual prevalece nos dias atuais refletindo-se nas desigualdades, formas de discriminação e preconceito contra as chamadas diferenças. Essa imagem mental tratada por Mbembe nos dá suporte para enxergar realidades sociais que permanecem sustentando as sociedades contemporâneas e o campo cultural. Por isso, o aprofundamento dos estudos históricos, antropológicos, sociológicos e culturais em territórios da afrodiáspora se torna imprescindível para fomentar o movimento de mudança nas sociedades, cuja efetivação pode se dar sobretudo pela ação das políticas culturais e de educação.

Essa discussão pode ser compreendida na concepção sobre **lugar de fala** tratada por Djamila Ribeiro (2017), pois se faz necessário entender “como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades” (RIBEIRO, 2017, p. 35). Por isso, acionar o entendimento da afrodiáspora enquanto caminho possível para se (re)pensar as políticas culturais na contemporaneidade contribui para uma concepção de diáspora africana que, apesar de estar presente no nosso passado histórico, não pode estar fora do nosso campo visual (MBEMBE, 2019, p. 229).

## POLÍTICAS CULTURAIS É PASSADO, PRESENTE OU FUTURO ?

Em recente obra intitulada *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões* de Néstor García Canclini (2019), o conceito de política cultural desenvolvido pelo autor desde 1983 e analisado por pesquisadores da área coloca em pauta a relevância dessa temática na contemporaneidade. Segundo tais pesquisadores, sua definição conceitual permanece em vigor nos atuais estudos latino-americanos em cultura, visto que os movimentos de transformação permitidos

pelas políticas culturais ainda são atravessados pelas mesmas problemáticas do século passado.

Valemo-nos das contribuições de José Roberto Severino presentes nessa publicação, quando reconhece que a pesquisa em cultura é marcada “pelas urgências e dívidas históricas com seus povos tradicionais e nativos” (SEVERINO, 2019, p. 130) nos contextos latino-americanos. Por isso, a necessidade de insistir nas políticas para a diversidade, “no compartilhamento e na cooperação como valor emancipatório” denota uma realidade ainda pouco reparada pelos governos brasileiros. Cabe aqui nos referirmos também ao que atenta o pesquisador Leonardo Costa, quando afirma que “há programas de governo que sequer mencionam a palavra ‘cultura’ [...]. Num momento de crise econômica e democrática no Brasil, até que ponto seria importante reforçar os discursos na área das políticas culturais?” (COSTA, 2019, p. 10).

Estes e outros questionamentos são insurgentes em pleno século XXI, quando deveríamos estar em outro momento de discussão, mais favorável no que diz respeito às políticas públicas em cultura. Contudo, o que acompanhamos é um desmonte no cenário político brasileiro, com a extinção do Ministério da Cultura<sup>2</sup> e uma cadeia de tragédias ambientais no país. É importante registrar ainda que atualmente passamos por uma pandemia mundial, que é ainda mais alarmante no cenário de desigualdade social do Brasil.

É nesta direção que apontamos os olhares para os desafios dos tempos que chegam, pois é necessário uma reinvenção nos modos de fazer e existir da cultura, que é afetada pelo caos da sociedade capitalista, mais ainda, em tempos de pandemia mundial. Para tanto, a importância de reconhecer o debate sobre políticas culturais como uma possibilidade de contribuir com grupos contra-hegemônicos nos convida a assumir um papel central enquanto

.....  
2 O Ministério da Cultura foi extinto em 1º de janeiro de 2019, com a reforma administrativa do governo de Jair Bolsonaro. Ver medida provisória nº 870, publicada em edição especial do Diário Oficial da União (BRASIL, 2019).

produtores, sujeitos, agentes e pesquisadores da área de cultura, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária (GARCIA, 2018, p. 9).

Assim nos alerta a pesquisadora Antônia Pereira Garcia (2018) do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim-UFBA), quando avaliou a quase inexistência de pesquisas voltadas para a transversalidade racial-étnica no XVIII Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero do Neim, cuja temática central propunha refletir a sua dimensão territorial e a questão rural-urbana. Para Garcia, tal fato configura um paradoxo, visto que o Brasil e o mundo estão cada vez “mais urbanos, negros e femininos” (GARCIA, 2018, p. 9). No entanto, a autora reconhece que as ciências e políticas públicas têm omitido tais discussões, que seriam fundamentais para avançar estudos transversais sobre território e desenvolvimento. Em suas palavras:

*Estudiosos e estudiosas dessa área, além de desconhecerem as dimensões de gênero e raça-etnia, negam sua relevância, provavelmente ainda influenciados pelo mito da democracia racial. As consequências desse comportamento certamente impedem a compreensão da cidade patriarcal e racista, de forma a contribuir com políticas públicas urbanas que pelo menos reduzam o grande abismo entre bairros pobres e negros, brancos e ricos, garantindo-se o direito à cidade tal como reivindicado pelas classes populares, pelos movimentos sociais diversos. (GARCIA, 2018, p. 10)*

Tal aspecto é também explicado pela filósofa Djamila Ribeiro (2017), quando aborda a demarcação do lugar de fala – que é coletivo e entendido pela autora como **lugar social que compartilha das mesmas desigualdades** –, nos convocando a enxergar “realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p. 34). Para Ribeiro, apesar das categorias de raça, gênero, classe e sexualidade serem pautadas pela ideia da

diferença enquanto condição da diversidade e pluralidade dos indivíduos socioculturais, elas emergem na estrutura social como um dispositivo de poder. Assim, ao invés de as pensarmos como descritivas da identidade do indivíduo, essas categorias acabam contribuindo para a permanência de grupos sociais em condições precárias de existência. Conseqüentemente, isso impacta a **ocupação dos lugares** e a manutenção das hierarquias na pirâmide social hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 35).

Neste sentido, constatamos duas importantes perspectivas no âmbito das políticas culturais na contemporaneidade: se, por um lado, a ideia de demarcação do lugar social de grupos considerados “minorias” pode contribuir para sua subalternização deles; por outro, desconsiderar a importância dessas categorias pode levar a um silenciamento dos discursos de afirmação e empoderamento de tais segmentos socioidentitários no âmbito da produção cultural, bem como a um enfraquecimento das políticas culturais como forma de combate às violências sociais.

### **AFRODIÁSPORA, GLOBALIZAÇÃO E TRÂNSITO ENTRE SISTEMAS-MUNDO**

A ideia de afrodiáspora como condição de trânsito entre sistemas-mundos é tratada por Mbembe (2019), quando a correlaciona com a presença africana que se tornou símbolo da identidade cultural de diversas localidades do planeta. Para o autor, o papel da diáspora africana foi decisivo tanto para a construção das Américas, da Europa e da Ásia, como para a formação do seu *ethos* social. Segundo o autor: “Hoje em dia, as relações que essas diversas diásporas travam com suas sociedades de origem são das mais complexas. Muitos de seus membros consideram-se africanos completos, mesmo que também pertençam a outro lugar” (MBEMBE, 2019, p. 232).

Especificamente no setor cultural, Mbembe considera que:

*Quando se trata da criatividade estética na África contemporânea, e também da questão de saber quem é “africano” e o que é “africano”, a crítica política e cultural tende a se calar sobre o fenômeno histórico da circulação dos mundos. [...] A história cultural do continente não pode ser compreendida fora do paradigma da viagem, da mobilidade, do deslocamento. Aliás, é essa cultura da mobilidade que a colonização se esforçou, na sua época, para congelar através da instituição da fronteira. (MBEMBE, 2019, p. 232-233, grifo do autor)*

As palavras do autor nos convidam a ampliar essas fronteiras e mergulhar no universo afrodiaspórico espalhado pelo mundo, mas ainda pouco investigado quando se trata de uma cultura globalizada presente no cotidiano, no jeito de ser, nas expressões artísticas de diversas sociedades do planeta. Afinal: “não é só que existe uma parte da história africana que se encontra em outro lugar, fora da África: existe igualmente uma história do resto do mundo na qual os negros são, inevitavelmente, os atores e representantes” (MBEMBE, 2019, p. 233-234).

Desse modo, os espaços da globalização ampliados pela diáspora africana no mundo apresentam “cargas diferentes de conteúdo técnico, de conteúdo informacional, de conteúdo comunicacional” (SANTOS, 2008, p. 159), o que torna necessário considerar o **lugar das redes**<sup>3</sup> quando se fala em políticas nas sociedades contemporâneas. Aqui, salientamos que as redes constituem o principal instrumento de unificação do planeta e acabam por contribuir para uma visão equivocada sobre a ideia da diáspora africana no mundo, como algo do passado. Juntamente a isso, há a imagem da África como um território único, sem o devido conhecimento da sua pluralidade cultural, desconsiderando-se os impactos e violências

.....  
3 Para Santos, as redes tecnológicas constituem, ao mesmo tempo, o espaço local e global, sendo também um aspecto essencial para a unificação do planeta (SANTOS, 2008, p. 161).

históricas que permanecem sustentando um cenário político de exploração étnica-racial capitalista.

Nessa discussão, verificamos nas contribuições de Ramón Grosfoguel (2020), que as desigualdades sociais vigentes na estrutura política global são comumente tratadas como frutos dos impactos econômicos sobre determinados setores das sociedades. Mas, ao contrário do que é veiculado nas redes, o racismo é o princípio organizador das sociedades mundiais, tendo como mote a centralidade da raça sob as relações de exploração no sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2020, p. 59).

Mesmo em países socialistas, enquanto modelo de sistema econômico que combate as formas de desigualdade social, Costa-Bernardino, Torres-Maldonado e Grosfoguel (2020, p. 19) apontam que essas sociedades também reproduziram lógicas racistas, sexistas, eurocêntricas e homofóbicas. Do mesmo modo, ressaltamos as contribuições de Morales (2017, p. 123), quando afirma que as condições oferecidas pelo sistema socialista vigente em Cuba – em relação à igualdade de oportunidades como “nascer no mesmo hospital, frequentar a mesma escola e o mesmo centro de recreação”<sup>4</sup> (MORALES, 2017, p. 123, tradução nossa) – não anulam o fato de a população afrodescendente herdar a problemática proveniente do racismo institucional.<sup>5</sup> Para o autor, o não reconhecimento da identidade cultural negra e do seu verdadeiro papel na formação da cultura nacional cubana impõe barreiras à equidade entre negros, brancos e mestiços. Em suas palavras:

*Um tema que produz tanta preocupação e prejuízos,  
por tanto tempo desconhecido, evitado, esquecido,  
desassistido e inclusive reprimido, gerou uma situação  
muito complexa para a sua consideração dentro das*

4 No original: “nacer en el mismo hospital, asistir a la misma escuela y al mismo centro de recreación” (MORALES, 2017, p. 123).

5 Institucional no sentido de que está presente nas instituições, comumente na forma de apagamentos e silenciamentos.

*políticas públicas. Nem sequer existe por parte de todas as instituições, organizações sociais e políticas, ou setores da institucionalidade estatal e política, uma compreensão exata do problema, ou às vezes nem sequer a aceitação de que o problema existe.*<sup>6</sup> (MORALES, 2017, p. 126, tradução nossa).

Morales complementa ainda que o racismo possui um forte caráter de divisão social. E, por isso, não ignorá-lo é a única forma de “lutar por uma verdadeira cultura nacional integrada, sólida, cujo seio supere todas as hegemonias que geraram a cultura racista herdada do colonialismo e do capitalismo”<sup>7</sup> (MORALES, 2017, p. 128, tradução nossa).

Aqui, ressaltamos a importância de desvincularmos a noção de sociedade apenas da ideia de Estado-nação, uma vez que: “vivemos em temporalidades e espacialidades de ‘sociedades globais’, e não de sociedades nacionais” (GROSFUGUEL, 2020, p. 56). Neste sentido, compreender as sociedades enquanto “sistemas-mundo” nos convoca a atentar para a incidência dos fenômenos da globalização na organização das estruturas e ideologias locais. Assim nos apropriamos das contribuições de Milton Santos (2008, p. 162-163) para reafirmar que:

*o lugar não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser enxergada apenas como fábula. O mundo, nas condições atuais, visto como um todo, é nosso estranho.*

- .....
- 6 No original: “Un tema que produce tanta preocupación u perjuicios, por tanto tiempo desconocido, soslayado, olvidado, desatendido e incluso reprimido, ha generado una situación muy compleja para su consideración dentro de las políticas públicas. Ni siquiera existe por parte de todas las instituciones, organizaciones sociales y políticas, o cuadros de la institucionalidad estatal y política, una comprensión cabal del problema, o en ocasiones ni siquiera una aceptación de que el problema existe.” (MORALES, 2017, p. 126).
  - 7 No original: “luchar por una verdadera cultura nacional integrada, sólida, en cuyo seno se superen todos los hegemonismos que generó la cultura racista heredada del colonialismo y el capitalismo, a partir de que cada grupo racial ocupe su lugar en la sociedad cubana actual.” (MORALES, 2017, p. 128).

*O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pelo que ele já é, mas também, pelo que ele ainda não é. O futuro, e não o passado, torna-se a nossa âncora.*

## **RUMO A UMA PRODUÇÃO CULTURAL DEMOCRÁTICA: DESCOLONIZANDO AS FRONTEIRAS ÉTNICO-RACIAIS**

Inspirados nessas reflexões, voltamos às contribuições de Severino (2019, p. 128), quando reconhece a perspectiva de Canclini sobre o papel da internacionalização para os desdobramentos da noção de política cultural, no sentido de abrir novas portas para esse debate – o qual, segundo o autor, necessita da participação dos movimentos sociais para construir essas políticas a partir do deslocamento do olhar para o cotidiano das comunidades.

No caso do Brasil, não poderíamos deixar de ressaltar os retrocessos que as políticas culturais sofreram nos últimos anos, começando pela tentativa de extinção do Ministério da Cultura no ano de 2016 – uma das primeiras medidas tomadas pelo vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, quando assumiu a presidência por meio de um golpe de Estado<sup>8</sup> tramado por dirigentes políticos brasileiros. Em resposta a essa situação, um importante movimento denominado Ocupa-Minc – encabeçado pela classe artística e agentes da cultura no país e atuante em diversas capitais do Brasil – tomou uma proporção que levou o então presidente a recriar o Ministério da Cultura pouco depois. Mesmo assim, o desmonte no cenário político brasileiro levou à eleição de Jair Bolsonaro, presidente da extrema-direita neoliberal, que decretou a extinção do Ministério da Cultura no Brasil em 1º de janeiro de 2019.

8 Tal fato se tornaria o marco de uma crise política brasileira em pleno século XXI, pois o golpe de 2016 representou um ataque à democracia brasileira.

Esse e outros movimentos pela garantia de direitos aos artistas e profissionais da cultura, a exemplo da aprovação da Lei Aldir Blanc (BRASIL, 2020) no ano de 2020, nos alertam para a insurgência dos debates antirracistas e interseccionais na segunda metade do século XXI, destacando-se a ênfase em uma epistemologia afro-diaspórica e decolonial nos discursos sobre políticas públicas voltadas para a cultura na contemporaneidade.

Mesmo com o pioneirismo dessa discussão engendrada por intelectuais do Movimento Negro Unificado do Brasil (MNU) há pelo menos meio século atrás, em que sobressai a luta e a conquista das políticas afirmativas de reparação aos danos causados pelo racismo e pela discriminação racial na sociedade brasileira, o momento atual aponta para o fortalecimento dos movimentos por mudanças cada vez mais robustas na estrutura – as quais permitam maior consolidação e efetividade das políticas culturais em favor da democracia. Enxergamos a necessidade de avançar os passos para uma nova era, em que a ideia de política cultural transpasse o lugar de ferramenta da produção artística-cultural, abrindo espaço para assumir-se enquanto um movimento pela **descolonização dos saberes**, com vistas a impulsionar as políticas de equidade étnica-racial no país. Por isso, nos apropriamos das palavras de Valter Roberto Silvério (2020), quando questiona os sentidos da construção dos conhecimentos oriundos da modernidade ocidental. Ele nos revela quatro aspectos a serem levados em conta na formação do pensamento e nas relações sociais no contexto local e global. São eles:

(1)“**a condição pós-colonial** como um fato central de análise da globalização” (SILVÉRIO, 2020, p. 269, grifo nosso);

(2)“**o significado da racialização do negro e da África** na construção do conhecimento sobre os não europeus como constitutiva do constructo iluminista” (SILVÉRIO, 2020, p. 269-270, grifo nosso);

(3)“as limitações da sociologia clássica [...] condicionadas pelos desenvolvimentos da **hegemonia ocidental sobre o resto do mundo**” (SILVÉRIO, 2020, p. 270, grifo nosso);

(4) “[o] **aprofundamento crítico do lugar do colonialismo** na constituição da modernidade” (SILVÉRIO, 2020, p. 270, grifo nosso).

Tal discussão é aprofundada em um significativo estudo de Carlos Moore presente na obra *O marxismo e a questão racial*, quando destaca que a dinâmica por trás da evolução socioeconômica das comunidades humanas, em geral, e do desenvolvimento do capitalismo do século XIX, em particular, foi compreendida e conduzida exclusivamente no âmbito da orientação de uma sociedade ariana (MOORE, 2010, p. 121). Neste sentido, os danos causados pela visão socioeconômica sob essa orientação se refletem no atual modelo do capitalismo global, em que se pode constatar “uma ideologia supostamente universal, em perfeita consonância com o ponto de vista da supremacia branca” (MOORE, 2010, p. 121).

Nesta direção, os impactos de uma estrutura socioeconômica construída sob uma ideologia racial discriminatória ficam mascarados no contexto da produção cultural, na medida em que impõem obstáculos à democratização das políticas públicas em cultura, por meio de mecanismos silenciosos de exclusão étnico-racial – tais como os apagamentos e silenciamentos dos discursos emancipatórios que se dão não apenas no âmbito do setor cultural, mas, sobretudo, que se alastram pela sociedade, como forma de manutenção dos privilégios da supremacia branca e permanência do racismo na sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A condição de desigualdade instaurada pela exploração capitalista da diáspora africana traz graves consequências ao desenvolvimento das políticas culturais brasileiras. No que se refere à produção cultural afrodiaspórica, compromete a valorização e manutenção do patrimônio imaterial, que são as manifestações culturais. Verificamos, também, que a influência da ideia de multiculturalismo em torno da construção de um pensamento pautado na mestiçagem, arraigada à

noção de diversidade cultural, denota uma falsa noção de igualdade social e racial nos setores da cultura.

Para expressar e ilustrar tal conotação, trazemos uma passagem do livro *Pele negra, máscaras brancas*, de Frantz Fanon (2008, p. 108–109):

Chego lentamente ao mundo, habituado a não aparecer de repente. Caminho rastejando. Desde já os olhares brancos, os únicos verdadeiros, me dissecam. Estou fixado. Tendo ajustado o microscópio, eles realizam, objetivamente, cortes na minha realidade. Sou traído. Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto! [...] – Chegue mais, quero lhe apresentar a meu colega negro... Aimé Cesaire, homem negro, professor da Universidade... Marian Anderson, a maior cantora negra... Dr. Cobb, o descobridor dos glóbulos brancos, é um negro... Ei, cumprimente aqui meu amigo martinicano (mas cuidado, ele é muito susceptível) ... A vergonha. A vergonha é o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal. Eu me esquivo desses escrutadores do ante dilúvio, e me agarro a meus irmãos, pretos como eu. Horror, eles me rejeitam. Eles são quase brancos! E depois, eles vão casar com uma branca. Terão filhos morenos... Quem sabe, pouco a pouco, talvez... Eu tinha sonhado. – Sabe, monsieur, sou um dos maiores negrófilos de Lyon. A evidência estava lá, implacável. Minha negrura era densa e indiscutível. Ela me atormentava, me perseguia, me perturbava, me exasperava. Os pretos são selvagens, estúpidos, analfabetos. Mas eu sabia que, no meu caso, essas afirmações eram falsas. Havia um mito do negro que era preciso, antes de mais nada, demolir. Não estávamos mais no tempo em que as pessoas se impressionavam diante de um padre preto. Tínhamos médicos, professores, estadistas... Sim, mas em todos esses casos algo insólito persistia. “Nós temos um professor de história senegalês. Ele é muito inteligente... Nosso médico é um negro. Ele é muito cordial”. Era o professor negro, o médico negro; eu, que começava a fraquejar, tremia ao menor alarme. Sabia, por exemplo, que se um médico negro cometesse um erro, era o seu fim e o dos outros que o seguiriam. Na verdade, o que é que se pode esperar

de um médico preto? Desde que tudo corresse bem, punham-nas nuvens, mas atenção, nada de bobagens, por preço nenhum! O médico negro não saberá jamais a que ponto sua posição está próxima do descrédito. Repito, eu estava murado: nem minhas atitudes polidas, nem meus conhecimentos literários, nem meu domínio da teoria dos quanta obtinham indulto. Eu reclamava, exigia explicações. Suavemente, como se fala a uma criança, explicavam que era a opinião de algumas pessoas apenas, acrescentando que “era preciso esperar seu rápido desaparecimento”. De que estávamos tratando? Do preconceito de cor.

Tal passagem da obra de Fanon (2008) nos convida a aprofundar as relações sociopolíticas de cunho étnico-racial que se estabelecem nos contextos das produções culturais no Brasil, pois, como nos relembra Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p. 35): “com elas surgem determinados problemas sociais susceptíveis de enfrentamento por políticas públicas, como, por exemplo, as chamadas políticas de reconhecimento.”.

Essa problemática do reconhecimento étnico-racial nas sociedades multiculturais é também explicada por Appiah na obra *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*, quando afirma que, se vivemos em sociedades cujos indivíduos não são tratados com igual dignidade, uma noção de multiculturalismo pautada no reconhecimento da diversidade a partir das identidades individuais provoca um movimento contrário ao exercício político da democracia. Portanto, consideramos que a perspectiva da afrodiáspora de algum modo nos leva a questionar o lugar social da individualidade, se quisermos caminhar para um futuro contra-colonial que preze pela equidade entre os seres. É o que nos alerta o autor, quando questiona “por que é que é tão contemporâneo o discurso da identidade sobre largas categorias – gênero, etnicidade, nacionalidade, raça, sexualidade – que parece estar tão longe do indivíduo?” (APPIAH, 1994, p. 165).

Por fim, acreditamos que é imprescindível aprofundar os estudos e os olhares sobre políticas culturais na perspectiva

da afrodíaspóra, entendendo-a como caminho possível para enxergar e transformar a incidência dos processos étnico-raciais e identitários que condicionam setores da produção cultural ainda hoje excludentes. A forma como tais processos emergem, submergem ou resistem às forças simbólicas da cultura local/global perpassam as lutas por sobrevivência e existência de povos e expressões culturais de significativo valor para a manutenção da igualdade social, econômica e étnica-racial das sociedades – as quais necessitamos urgentemente aderir.

## REFERÊNCIAS

APPIAH, K. A. Identidade, autenticidade e sobrevivência: sociedades multiculturais e reprodução social. In: TAYLOR, C. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Tradução M. Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 165–180. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

BRASIL. Lei nº 14.017, de 20 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3swx0TD>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CUJitB>. Acesso em: 17 ago. 2021.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

COSTA-BERNARDINO, J.; TORRES-MALDONADO, N.; GROSFUGUEL, R. Introdução. In: COSTA-BERNARDINO, J.; TORRES-MALDONADO, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 9–26. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

- COSTA, L. F. As políticas culturais em crise? In: ROCHA, R.; BRIZUELA, J. I. (org.). *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: Edufba, 2019. p. 7-11.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução R. Silveira. Salvador: Edufba, 2008.
- GARCIA, A. S. Prefácio. In: RODRIGUES, C. et al. (org.). *Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres*. Salvador: Edufba, 2018. p. 7-11.
- GARCÍA CANCLINI, N. Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-ameriano. In: ROCHA, R.; BRIZUELA, J. I. (org.). *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: Edufba, 2019. p. 45-86.
- GROSFUGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: COSTA-BERNARDINO, J.; TORRES-MALDONADO, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 55-77. (Coleção Cultura Negra e Identidades).
- MBEMBE, A. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Tradução F. Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.
- MOORE, C. *O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010. (Coleção Repensando África, v. 5).
- MORALES, E. Desafios de la problemática racial em Cuba. In: PÉREZ, E.; LUEIRO, M. *Raza y racismo: antología de caminos*. La Habana: Editorial Caminos, 2017. p. 120-129.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).
- SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2008.
- SEVERINO, J. R. Políticas culturais em Néstor García Canclini: algumas observações. In: ROCHA, R.; BRIZUELA, J. I. (org.). *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões*. Salvador: Edufba, 2019. p. 123-131.

SILVÉRIO, V. R. Quem negro foi e quem negro é? Anotações para uma sociologia política transnacional negra. In: COSTA-BERNARDINO, J.; TORRES-MALDONADO, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 269-283. (Coleção Cultura Negra e Identidades).